

# Campos faz ironia e Dornelles condena

**Roberto Campos** senador (PDS-MT) e ex-ministro do Planejamento: "O Brasil traz em seu código genético um gene perverso, que o leva a calotes periódicos e sempre desastrosos." Para Campos, o governo está procurando transformar uma moratória técnica e palpável numa moratória negociada e honrosa. "Isto que aí está foi **made in Brazil**, tudo com tecnologia própria. Esta crise cambial não resultou nem de choques externos, nem do petróleo, nem da dívida. Quando a nova república chegou, herdou uma situação difícil, mas tinha nove bilhões de dólares de reservas cambiais e 15 bilhões de superávit comercial. E agora? Conseguiu desajustar tudo. Externa e internamente." Para ele, a equipe Sarney é "arrogante" (mistura de arrogante com ignorante). Roberto Campos atribui ao ministro Fumero a responsabilidade de incrementar "uma farsa pública e internacional"



**Francisco Dornelles** — deputado (PFL-RJ) e ex-ministro da Fazenda: "Não houve qualquer acontecimento externo para justificar nossa perda de reservas. Isto decorreu, única e exclusivamente, de políticas setoriais equivocadas adotadas no campo interno, situação que o governo precisa analisar e contornar de modo que não seja afetado o nível de emprego." Dornelles afirma que uma guerra com os credores não tira o país "do buraco em que se meteu e, de quebra, pode acarretar consequências de alto risco, tanto externa quanto internamente". O deputado do PFL defende a adoção de uma política fiscal mais austera, contenção de despesas, inibição do estado como empresário, privatização da economia, estímulo à poupança e condução de uma política comercial e financeira externa que restabeleça o superávit da balança.

• Carlos Sant'Anna, diretor comercial da Petrobrás, disse que as importações de petróleo — que representam pouco mais de 20% das compras no exterior — não serão afetadas caso seja adotada a suspensão do pagamento dos juros da dívida. Cerca de 70% dos 600 mil barris diários que o Brasil importa estão vinculados às exportações para os países fornecedores, que confiam na Petrobrás, apesar da crise brasileira.

• Armando Figueira, vice-presidente da Companhia Souza Cruz Indústria e Comércio, afirmou que "as grandes e antigas multinacionais instaladas no Brasil não vão se afobar com a atual situação econômica, pois, afinal, elas já viram este filme antes"

— Estamos vivendo um período exatamente idêntico aos últimos 20 anos, sempre com altos e baixos. Nem por isso o país deixou de crescer. Todos, brasileiros e estrangeiros, são atores neste jogo e vão continuar jogando de acordo com sua conveniência — comentou.

• Cláudio Bardella, empresário e vice-presidente do conselho superior de economia da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (Fiesp), considerou o termo moratória mal-empregado e disse que o governo só se prepara para "uma solução negociada e não para uma moratória, o que caracterizaria um confronto"

— Acho mais saudável e possível chegar a um bom termo através de negociação com os credores — sugeriu.

• Walter Sacca, empresário e diretor do departamento de economia da Fiesp, declarou acreditar que o país "já vive em estado de moratória", por não estar conseguindo pagar a dívida:

— Não tem esse negócio de moratória

técnica: ou paga e está em dia com os credores, ou então não paga e está em mora

Laerte Setubal, empresário, considerou inadmissível a suspensão do pagamento dos juros da dívida sem uma negociação, já que a medida deve ser a última hipótese a ser pensada pelo governo, pois traria um enorme prejuízo ao país.

— Significaria trocar entre 4 a 5 bilhões de dólares — valor dos juros, sem amortização — por corte imediato de crédito de 15 bilhões de dólares — soma das linhas de crédito dos bancos estrangeiros (japoneses, americanos e europeus) — às importações do Brasil — lembrou.

Embora tenha considerado um remédio amargo, estimou a centralização do câmbio uma medida viável para regularizar o fluxo de caixa diante das baixas reservas. Disse esperar, no entanto, que uma centralização do câmbio, caso seja adotada, possa ser administrada com eficiência.

Aureliano Chaves, ministro de Minas e Energia, pretende dizer hoje ao presidente José Sarney que o PFL ainda não tem "uma posição definida" sobre a suspensão do pagamento dos juros. Mas a posição pessoal do ministro é de que o Brasil não deve comprometer com o pagamento da dívida toda a receita que gera, porque precisa resolver problemas sociais, principalmente de empregos, o que implica investimentos.

— É claro que o Brasil tem que reservar um mínimo de recursos para assegurar seu crescimento, sem o que não terá condições de cumprir seus compromissos — disse, ao encerrar dois dias de visita oficial a Minas, onde realizou inspeção de minas de ferro da Vale do Rio Doce e Samitri.